

Fundação Cuidar o Futuro

I. REFLEXÕES SOBRE A ADEQUAÇÃO DO
" REFERENCIAL - CANDIDATURA "
AS PROBLEMÁTICAS DOMINANTES NA
REGIÃO.



1. NOTA PRÉVIA

O dossier que se junta em anexo está organizado em dois conjuntos de elementos :

- O segundo integra a síntese do Programa de Desenvolvimento Regional da Região do Norte que, por sua vez, constitui um dos capítulos do PDR nacional apresentado em Bruxelas para efeitos de enquadramento dos projectos a submeter ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; na medida em que esta síntese foi fundamentalmente redigida e concebida por mim, entendi como mais operacional reproduzi-la na íntegra do que alinhar novos contributos ;

- tomando em conta esta síntese do PDR Norte como documento de trabalho, o primeiro conjunto de elementos sistematiza algumas reflexões sobre o que entendo por a particular aptidão das concepções que corporizou a "referencial-Candidatura" para trabalhar positivamente as problemáticas dominantes da Região Norte; como preocupação adicional, procurei que as referidas reflexões tivessem em conta os outros "referenciais-candidaturas" que, nesta data, se conhecem e as características esperadas do auditório para o encontro em questão.

2. DAS TENDÊNCIAS MAIS RECENTES AS ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTAS

Tendo em conta a necessidade de discutir e demonstrar a adequação e potencialidades do "referencial candidatura" ao tipo de problemáticas dominantes na Região, penso que o núcleo central



2

das considerações a produzir sobre a matéria deveria ser organizado a partir do seguinte bloco de questões :

Tendências e dinâmicas mais recentes na Região →

→ objectivos e acções de desenvolvimento propostos no P.D.R.

Quanto ao primeiro destes aspectos, ressalta a grande riqueza de situações de que a Região é palco.

1) É conhecido o dinamismo empresarial que acompanha a formação da base produtiva, nomeadamente industrial, da Região, que se manifesta por exemplo na facilidade com que se criam e suspendem empresas.

2) São também visíveis sinais de modernidade industrial, quer através da recomposição de grupos económicos com políticas mais agressivas de conquista de mercados interno e externo, quer da confirmação de experiências pontuais de modernização de unidades afectas a ramos tradicionais como o textil, vestuário ou calçado.

3) Conhecem-se ainda experiências avançadas de constituição de grupos de profissionais prestadores de serviços, nomeadamente no campo da produção de software informático e da prestação de cuidados de saúde.

4) Consolidam-se algumas bolsas de investigação na Região que se revelam com capacidade de afirmação em espaços mais alargados, como por exemplo o núcleo da Casa Termicamente Optimizada na Delegação Regional do LNETI, o INESC, o Núcleo de Imunologia do Instituto Abel Salazar, etc.

Acresce que o meio empresarial começa a ser receptivo a uma articulação consequente com tais bolsas de investigação, facto



que transparece, por exemplo, nos termos em que está constituído o Curso de Biotecnologia da Universidade Católica.

No entanto, uma correcta avaliação destes sinais de modernidade exige que se tenha também em conta os contrapontos que revelam do mesmo modo tendência para se consolidarem.

Assim, o traço do dinamismo empresarial tem coexistido com muito particulares condições de recrutamento de força de trabalho (emprego clandestino nas suas diferentes modalidades, formas de articulação do rendimento familiar com o rendimento da terra, potencial enorme de população jovem que chega ao mercado de trabalho, etc.)

Por outro lado, tais sinais de modernidade não impedem que, sob o ponto de vista da gestão dos desequilíbrios espaciais, a Região permaneça estruturalmente ameaçada. Assim acontece com as bolsas de emprego das zonas de maior concentração do litoral que, dada a sua reduzida diversificação industrial, continuam à mercê de alterações súbitas nas correntes de procura mundial. Problema diferente é o do interior da Região, onde os progressos conseguidos pelo Poder Local em matéria de necessidades essenciais da população continuam a não fixar população por ausência de condições e de projectos dinamizadores da vida sócio-económica local e da inexistência de um autêntico mercado sub-regional.

Noutro plano, o dinamismo empresarial tem coexistido com um perigoso agravamento das condições ambientais e de ordenamento em geral. A gestão do espaço continua a favorecer a utilização especulativa do solo, constituindo uma efectiva delapidação de recursos. Daí que as condições de vida das principais áreas de



concentração (Área Metropolitana do Porto, Vale do Ave, Vila da Feira, etc.) tenham atingido níveis qualitativos muito baixos.

Finalmente, as políticas sectoriais desenvolvidas pela Administração Central processam-se sem qualquer enquadramento regional. Se é um facto que a Região não tem sido privilegiada pelo investimento público, mais preocupante é a ausência de enquadramento regional para os investimentos que se vão realizando.

3. QUE ESPAÇO PARA O "REFERENCIAL-CANDIDATURA"?

No âmbito do auditório e do meio empresarial com que a Candidata irá confrontar-se, dominarão, por certo, as vozes que reivindicarão para a Região a criação de condições que permitam o reforço das tendências de dinamismo e de modernidade anteriormente assinaladas.

Ou seja: **Fundação Cuidar o Futuro**

- reivindicação de um maior apoio à dinâmica empresarial existente ;
- reforço das experiências de "modernidade" já iniciadas ;
- maior articulação das bolsas de investigação com o meio e grupos empresariais, reforçando associações mistas já criadas e outros protocolos ;

- reivindicação de uma viragem do centro de decisão política do país (de Lisboa para o Norte) com a correspondente alteração da estrutura espacial do investimento público ;

- exigência de uma Administração Pública mais racionalizada e eficiente.



Com estes princípios básicos, as referidas vozes apoiam pela positiva o referencial Freitas do Amaral e pela neutralidade (não perturbar, deixar trabalhar...) o referencial Mário Soares.

Nestas condições, é necessário, a meu ver, demonstrar que só o "referencial-candidatura MLP" da sequência à raiz dos problemas da Região.

Em que termos ?

A "modernidade" de que os restantes diferenciais são portadores é uma modernidade em sentido estrito, quase exclusivamente definida do ponto de vista técnico, que não responde à resolução profunda da totalidade dos problemas que definem a Região.

Um exemplo :

"A "modernidade" em sentido restrito é incapaz de compatibilizar objectivos de desenvolvimento para a Região como, por exemplo, o da reconversão tecnológica dos sectores tradicionais e a criação de emprego ou a gestão dos desequilíbrios espaciais.

É necessário, por isso, que à modernidade em sentido estrito se contraponha uma outra, de mais lato alcance. As dinâmicas referidas só serão positivas se foram secundadas por efectivas experiências de inovação social, tais como :

- A - aprofundamento progressivo e qualificação de formas de participação pública ;
- B - dinamização sócio-económica do interior da Região que só é possível com o incremento e apoio de novos agentes (empresas locais de interesse colectivo, associações, etc.



- C - acções de vigilância em matéria de ordenamento, sobretudo das áreas de concentração, combatendo decisivamente todas as formas de uso especulativo do solo ;
- D - rendibilização da opinião e inteligência não submetida aos órgãos partidários, estimulando-os para a intervenção na vida social ;
- E - estímulo para as formas de propriedade social (cooperativas, por exemplo) em que germinem novas formas de resolução integrada de necessidades sociais (habitação/saúde; habitação/educação; etc.) .

* Por fim, e que constitui argumento também decisivo, a reivindicação modernização administrativa pública só servirá o desenvolvimento se resultar de um processo efectivo de regionalização. Ora os referenciais Freitas do Amaral e Mário Soares são muito titubeantes em matéria de uma regionalização plena, isto é, no sentido de quem está disposto a assumir os benefícios, mas também os riscos da democracia. Num caso, a desconcentração como "travesti" da regionalização, noutro, o obstáculo das máquinas distritais, não constituem bom augúrio.

Em resumo :

Só o referencial de candidatura que defendo poderá, sem hostilizar, antes pelo contrário, os sinais de modernidade estrita já existentes, alargar o conteúdo dessa modernidade, transmitindo-o ao corpo social, através da criação de espaços institucionais para as referidas experiências inovadoras no plano social.



Este facto verifica-se para todas as acções de desenvolvimento que integram o programa de desenvolvimento da Região que não considero exequíveis se forem atacados na já referida perspectiva de modernidade estrita.

Por outras palavras, este referencial de candidatura "compreende" o auditório em questão, mas vai mais longe, disputando-lhe a modernidade do seu conceito de modernidade.

PORTO, 16 de Outubro

A.M.F.

Fundação Cuidar o Futuro



Fundação Cuidar o Futuro

II. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO NORTE

SÍNTESE INCLUIDA NO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NACIO-
NAL ENVIADO PARA BRUXELAS.





IV.1. A REGIÃO NORTE

IV.1.1. CARACTERIZAÇÃO

Território e população

A Região do Norte estende-se por uma área de 21 194km², limitada a norte e a nascente pela Espanha, sendo a sua fronteira sul definida de modo a nela englobar, no interior, todos os municípios com território integrando a Área Demarcada do Douro e, no litoral, compreendendo os municípios com relações pendulares diárias casa-trabalho ou de prestação de serviços, em relação ao Porto. A fronteira oeste é o Oceano Atlântico.

Desigualmente distribuída no território da Região (82,8% no litoral e 17,2% no interior), a população residente em 1981 era de 3 410 099 habitantes correspondente a 3,5% da população do Continente em 24% do território continental. A densidade demográfica de 161 hab/Km² é 1,5 vezes superior à média do Continente.

O dinamismo demográfico traduziu-se na década de 70 por uma taxa de crescimento da população residente de 13%, que se eleva na zona litoral da Região para 16%. Os dados mais recentes mostram que a Região continua a apresentar saldos fisiológicos positivos, enquanto no Continente aquele indicador é negativo. O Norte Litoral responde por 91% do valor positivo daquele saldo.

Nestas condições, embora se assista a um processo de envelhecimento lento da população, a Região do Norte é a região mais jovem da Europa. Em 1981, 29% da população residente tinha menos de 15 anos, quando no Continente aquele valor atinge apenas 25%.

A Região do Norte é, por outro lado, o destino de uma parcela significativa do retorno de emigrantes.

REGIÃO NORTE



INDICADORES BÁSICOS	UNIDADE	REGIÃO	CONTINENTE	% REGIÃO NO CONTINENTE
Área	km ²	21 194	88 727	24
Área com aptidão agrícola	%			
População residente, 1981	10 ³	3 410	9 337	35
Variação populacional:				
1960 - 1970	%	-1	-3	-
1970 - 1980	%	+13	+16	-
Densidade demográfica	hab./km ²	161	105	-
Taxa de urbanização	%	22	30	-
População activa, 1981	10 ³	1 250	3 938	32
. empregada	10 ³	1 153	3 661	32
. desempregada	10 ³	97	277	35
Taxa de desemprego	%	8	7	-
População activa, por sectores:				
. sector primário	%	20	19	-
. sector secundário	%	46	39	-
. sector terciário	%	34	42	-
PIB _{cf} por sectores, 1979	10 ⁶ esc.	253	956	26
. sector primário	%	11	12	-
. sector secundário	%	46	38	-
. sector terciário	%	43	50	-
PIB _{cf} per capita, 1979	10 ³ esc.	85	152	-
Condições de vida				
Rendimento disponível bruto das famílias per capita, 1979	10 ³ esc.	93	100	-
Taxa de mortalidade infantil, 1983	%	23	19	-
Partos sem assistência, 1982	%	3	3	-
Camas em estabelecimentos de saúde por 1 000 habitantes, 1982	%	-	5	-
Habitantes por médico, 1982	%	516	322	-
Taxa de analfabetismo	%	14	15	-
População servida por:				
. abastecimento de água	%	46	62	-
. distribuição de electricidade	%	92	93	-
. esgotos	%	28	49	-
. recolha de lixo	%	53	60	-
Infraestruturas				
Rede viário nacional, em 1984	Km	4 939	18 864	26
Densidade da rede nacional	Km/km ²	0.23	0.21	-
Densidade demográfica da rede nacional	Km/10 ³ hab	1.4	2.0	-
Rede viária municipal, em 1978	Km	8 684	25 682	34
Densidade da rede municipal	Km/km ²	0.41	0.29	-
Rede ferroviária	Km	855	3 616	24
Densidade da rede ferroviária	Km/km ²	0.04	0.04	-

Fundação Cuidar o Futuro

Estima-se que, durante a década de 1980/90 haverá que criar mais de 300 mil novos postos de trabalhos (sendo 88% destes no litoral), não contando nem com os que, por razões de evolução tecnológica ou de procura de aumento de produtividade, possam ser libertados e, por conseguinte, signifiquem lugares de desemprego, nem com um retorno substancial de emigrantes, nem com a absorção dos desempregados em 1980. □

Assim, 43% das necessidades de postos de trabalho a criar situam-se na Região Norte. □

Estrutura Produtiva

O montante total da população activa empregada na Região em 1981 distribuía-se pelos sectores primário, secundário e terciário com os valores de 20%, 46% e 34%, respectivamente. Esta realidade média oculta, entretanto, diferenciações espaciais significativas. Assim, a quota do sector secundário atinge valores significativamente mais elevados em zonas de vocação industrial tradicional como são, por exemplo, o Vale do Ave (74%), alguns concelhos do Vale do Sousa e a grande maioria dos concelhos de Entre-Douro-e-Vouga e em concelhos de localização industrial mais recente como o da Maia (64%).

Em contrapartida, o peso do sector primário reforça-se em toda a zona interior e áreas tradicionalmente rurais do litoral como, por exemplo, os do Vale do Minho, do Vale do Lima e do Alto Cávado. O sector terciário, por seu lado, só na Área Metropolitana atinge valores significativamente superiores aos da média da Região.

No que respeita à actividade agrícola, em 24% da área do Continente situam-se 35% das explorações agrícolas, o que se deve à pequena área média das explorações. A Região apresenta ainda características muito particulares no que respeita a estruturas agrícolas.



Sabe-se a este respeito que o fenómeno do retorno se relaciona privilegiadamente com a emigração europeia e que, regra geral, o regresso se orienta para as regiões de origem. Ora, entre os distritos com maior frequência emigratório no período 1961-75 encontram-se os que, total ou parcialmente, constituem a Região.

Emprego

Para uma taxa de actividade de cerca de 42%, a população activa era em 1981, de 1 250 mil indivíduos dos quais 36% eram do sexo feminino. A taxa de actividade da população feminina era de 30%. A Região do Norte detém 37% da população activa feminina do Continente, sendo no sector primário e secundário essa quota de 45% e 49%, respectivamente. A população desempregada correspondia nesta data a 8% da população activa, agravando-se para 12% a taxa de desemprego feminina.

Cerca de 85% do emprego da Região situa-se na zona litoral, não se verificando diferenciações espaciais significativas na taxa de desemprego.

Particularmente importantes como traços característicos da Região relativamente ao Continente são as taxas de actividade específicas dos escalões etários jovens:

- no escalão dos 15-19 anos, para um valor médio do Continente de 55%, correspondem taxas de 62%, 73% e 63% nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto;
- no escalão dos 20-24 anos, para uma taxa média no Continente de 75%, correspondem taxas naqueles distritos de 76%, 85% e 78%.

As taxas de desemprego específicas de tais escalões etários são, entretanto, inferiores aos valores médios que tais escalões apresentam no Continente.

A Região do Norte constitui, por outro lado, um espaço bastante exigente em matéria de necessidades de criação de emprego.



Assim, cerca de 78% das explorações têm uma área inferior a 3 hectares, representando entretanto 37% da área agro-florestal total da Região. No Continente, estas quotas são, respectivamente, de 77% e 13%. Mas, mesmo dentro da Região se observam diferenciações significativas. Na sub-região de Entre-Douro-e-Minho, por exemplo, aquelas percentagens são, respectivamente, 85% e 37%.

Esta diferenciação mantém-se para classes de dimensão inferiores, nomeadamente para as explorações com menos de 1 hectare.

Quanto à actividade industrial, para além do peso que o sector da construção civil e das obras públicas representa na Região (13% do total da população activa empregada), avulta uma marcada especialização da indústria transformadora.

Indústrias têxteis, vestuário e couro, madeira, cortiça e mobiliário, metalúrgicas de base e transformadoras diversas constituem a estrutura sectorial dominante da Região. Os valores médios destes sectores pouco nos dizem, entretanto, sobre a sua base produtiva, já que se observam situações empresariais muito díspares, coexistindo unidades em estagnação prolongada, com exemplos de diversificação de produtos e de adopção de novos processos tecnológicos que constituem respostas promissoras aos novos desafios da concorrência internacional.

Trata-se, de qualquer modo, de uma base industrial globalmente precária, dados o sentido extrovertido da produção e o declínio tendencial dos segmentos de procura mundial que incide sobre tais produções. Acresce que, intra-região, a especialização sectorial da indústria transformadora apresenta também incidências espaciais muito marcadas, o que confere a uma eventual reconversão dos sectores tradicionais um impacto territorial que pode e deve ser devidamente avaliado.

Persiste, entretanto, o facto da estrutura empresarial da Região se caracterizar por forte peso das empresas de pequena e média dimensão.





Quanto aos estabelecimentos com menos de 5 trabalhadores, o seu montante e dispersão espacial são ainda significativos, embora o seu significado em matéria de emprego se mostre reduzido. □

No que respeita ao sector terciário, as maiores limitações observam-se na parte ligada directamente à actividade económica.

Tais limitações são, simultaneamente, de natureza quantitativa e qualitativa.

A difusão espacial de tais estabelecimentos e serviços é largamente deficitária no interior da Região e nas zonas mais deprimidas do litoral.

Por sua vez, nas áreas de concentração de população terciária como é, por exemplo, o Grande Porto, a limitação é de ordem mais qualitativa. Está aí em causa a debilidade dos serviços de apoio à actividade económica inserida nas correntes mundiais de trocas de mercadorias e serviços.

Fundação Cuidar o Futuro

Rede Urbana

Do ponto de vista da concentração urbana das populações na Região, podem individualizar-se três grandes tipos de sub-espacos:

- a zona litoral caracterizada por níveis elevados de atratividade e de concentração quer da população, quer de actividades económicas, constituída pelas Bacias do Cávado e do Ave, pela Área Metropolitana do Porto, pelo Vale do Sousa e Entre-Douro e Vouga; este fenómeno de concentração é particularmente significativo na "conurbação" do Porto, onde mais de 1,1 milhões de habitantes representam praticamente um terço da população da Região;

- a zona deprimida, constituída quer por áreas localizadas no litoral (concelhos do Vale do Minho e do Vale do Lima) e as zonas do interior (Trás-os-Montes e área do Douro); em ambos os núcleos encontram-se sub-zonas coincidentes com a periferia-fronteiriça da Região;

- uma zona de transição litoral-interior, que abrange as áreas de Basto e



Riba-Douro e integra ainda concelhos periféricos de áreas de concentração económica, como, por exemplo, Terras do Bouro, Amares, Vila Verde, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso.

Assim, na zona litoral "desenvolvida", que constitui sério constrangimento para quem decide politicamente dada a concentração populacional que a caracteriza, a ocupação desordenada do espaço traduz-se hoje pelo agravamento progressivo dos níveis de qualidade de vida da população aí fixada e a vitalidade demográfica das últimas décadas coloca no futuro o decisivo desafio da criação de emprego. De qualquer modo, esta área de concentração apresenta para a população activa jovens taxas de actividade e de retenção de população que sugerem uma dinâmica económica insuspeitada, ainda que centrada em sectores com que, no passado, o aparecimento da industrialização se identificou. A presença dos problemas colocados pelas infraestruturas de apoio e acolhimento às populações e actividades reclama uma intervenção que, a ser adiada, levantará problemas de ruptura.

Na zona deprimida, distingue-se deliberadamente o núcleo litoral e o grande núcleo do interior por corresponderem a diferentes condições de povoamento e a diversas condições de exercício da actividade agro-florestal, nomeadamente do ponto de vista das suas fontes complementares de rendimentos.

Se, em termos globais, esta área tende a não fixar a população jovem, que se depara com um fosso crescente entre a progressiva qualificação dos seus "currículos" escolares e a ausência de oportunidades de emprego a ela ajustadas, assiste-se hoje nesta zona a uma clara intensificação do fenómeno de urbanização que, em muitos casos, constitui um processo efectivo de aculturação. Este reforço do processo de urbanização representa em algumas subzonas a consequência de um movimento de reafecção de população no interior das próprias áreas, privilegiando as sedes de concelho, sendo noutros casos o reflexo de factores eminentemente exógenos, como por exemplo, o retorno de emigrantes e/ou de desalojados.

Sob certa óptica, este problema pode ser encarado como uma potencialidade, na medida em que os fenómenos espontâneos de concentração de população



na área deprimida poderão constituir um factor justificativo de equipamentos que, noutras condições de distribuição da população, dificilmente encontrariam justificação à luz dos critérios tradicionais de escolhas públicas.

No entanto, convém não exagerar esta característica de virtualidade. Esta tendência só se tornará benéfica numa perspectiva de atenuação das assimetrias regionais de desenvolvimento se corresponder a uma efectiva reanimação de actividade económica naquelas zonas deprimidas. A necessária dinamização da actividade produtiva passará pela capacidade de transformar a actividade agro-florestal numa ocupação atractiva, rentável e dignificada para a população activa jovem e pela imperiosa criação de iniciativas empresariais capazes de inventariar, mobilizar e valorizar recursos endógenos à sub-região, onde existam.

Trata-se de um processo de reanimação económica, sem o qual a instalação dos grandes eixos viários melhoradores da acessibilidade daquela área, longe de constituírem um objectivo regional de atenuação de desníveis de desenvolvimento, poderão, pelo contrário, agravar o esvaziamento económico daquela zona. Por outro lado, sem o referido processo dinamizador local da actividade produtiva, a recente intensificação do fenómeno de urbanização a concentração de população traduzir-se-á apenas pela criação de potenciais clientes à capacidade de oferta de serviços já reveladas pelas cidades espanholas fronteiricas, através das quais "soprarão" inicialmente os ventos da Europa e os modelos de consumo que os acompanham.]

A consciência desta situação leva a que se encare como elementos fulcrais do desenvolvimento as acções que se orientam para o robustecimento da actividade produtiva, através da criação de condições favoráveis à sua animação. Esta deverá ser vista no duplo aspecto de fomento de novas iniciativas e no apoio ao desenvolvimento consistente e equilibrada das actividades já existentes.]

Por fim, a zona de transição litoral-interior coloca também sérios problemas.

Por um lado, enquanto periferia polarizada pelas áreas de concentração econó-



mica e humana do litoral, trata-se de zonas que muito dificilmente poderão beneficiar de um processo de difusão espacial do desenvolvimento.

Por outro, a sua proximidade relativamente à zona litoral e, em alguns casos, o facto de se tratar de municípios integrados administrativamente em agrupamentos do norte litoral tem conduzido a que, em termos de localização de equipamentos e de satisfação de carências sociais em geral, esta área esteja hoje em pior situação do que o interior.

De facto, nem a capacidade financeira das autarquias inscritas nesta zona liberta os meios para se abalançarem a acções correctoras de grande monta, nem a intervenção sectorial da Administração Central tem contemplado esta área de transição.

Infraestruturas de transportes e comunicações

Fundação Cuidar o Futuro

A rede viária da Região apresenta malhas de densidade diversa no litoral e no interior. A zona de transição impõe um atrito nas deslocações que torna demasiado gravosa a instalação de actividades comerciais para lá da cadeia de montanhas. No litoral, há eixos congestionados além de tudo quanto é aconselhável, impondo velocidades e condições de segurança abaixo de tudo quanto é aceitável.

Por outro lado, é extremamente reduzida a acessibilidade entre as principais áreas de concentração do interior, circunstância que limita fortemente a dimensão do mercado sub-regional e dificulta o processo de dinamização global do interior.

A natureza fortemente extrovertida da actividade industrial da Região exige ainda particular atenção, ao funcionamento futuro de dois outros canais de ligação ao exterior: os Portos de Leixões e de Viana do Castelo e o Aeroporto do Porto. Do mesmo modo, a situação da Região em matéria de telecomunicações é largamente deficitária, tendo em vista padrões europeus médios.



Condições de vida

Recorrendo a oito indicadores de qualidade de vida, verificamos que, em termos gerais, a Região Norte tem uma situação bastante desfavorável, e que o litoral apresenta indicadores com melhores valores do que o interior.

Assim, observamos que:

- a Região é constituída pelas áreas com pior situação sanitária do País, sendo o interior da Região onde se atingem os valores extremos;
- na Região do Norte há menos aparelhos de TV por 1 000 habitantes do que no Continente, havendo uma disparidade acentuada entre o litoral e o interior;
- Quanto ao número de automóveis por 1000 habitantes, a Região situa-se, novamente, abaixo da média continental e o interior tem posição muito inferior em relação ao litoral;
- Em matéria de jornais e publicações, a Região está em posição pior do que o Continente, sendo o interior praticamente irrelevante neste domínio;
- A população servida por água ao domicílio é bastante inferior na Região, em relação ao Continente, não havendo uma grande assimetria, a este respeito, entre o litoral e o interior;
- A população servida por rede de esgotos é também mais elevada no Continente do que na Região, registando-se, no entanto, um desequilíbrio sensível entre o litoral e o interior do que no caso da água;
- A percentagem das freguesias electrificadas é maior no Continente do que na Região; todavia, ao contrário do habitual, o interior está em melhor posição do que o litoral; a zona mais carecida, neste domínio, corresponde à faixa de transição entre o litoral e o interior.



IV.1.2. ESTRANGULAMENTOS E POTENCIALIDADES

A concretização do PDR dispõe na Região Norte de potencialidades de desenvolvimento a que importa dar resposta.

Assim, um esforço acentuado em matéria de formação profissional e de aperfeiçoamento curricular de cursos intermédios e superiores poderá transformar o peso da população jovem na Região num importante processo de formação de capital humano. Acresce que a Região dispõe de pólos universitários capazes de apetrechar os estratos de qualificação superior dessa população jovem, não só em termos de fortalecimento da capacidade de gestão de pequenas e médias empresas, como no âmbito de processos de inovação tecnológica. Tais pólos estão distribuídos no espaço em moldes considerados adequados, pois servem três zonas significativas: a Área Metropolitana do Porto (pólos da Universidade do Porto), a área industrial do Vale do Ave e da Bacia do Cávado (Universidade do Minho) e interior (I.U.T.A.D.).

Por outro lado, a Região dispõe de recursos energéticos importantes, quer do ponto de vista dos grandes caudais, quer no que respeita aos pequenos aproveitamentos hidro-eléctricos.

A mancha verde, incluindo os recursos da floresta, que cobre e caracteriza uma parcela significativa do território da Região constitui uma potencialidade ao serviço de áreas como a biotecnologia e de novos campos da química orgânica, como por exemplo as novas fibras, os produtos farmacêuticos e os fitossanitários. Estão ainda em curso estudos de avaliação de recursos extractivos na área de Trás-os-Montes que poderão constituir uma potencialidade de mobilização e valorização de recursos endógenos.

A Região dispõe ainda de potencialidades no âmbito dos recursos marítimos (algas e recursos pesqueiros) e de capacidade para promover a aquacultura de base fluvial, áreas que podem contribuir a prazo para uma redução sensível da dependência alimentar da Região e do País.

É um facto que a estrutura industrial da Região é dominada por sectores cujo

peso na procura mundial tende a diminuir, o que se traduz por formas de concorrência internacional com exigências crescentes de diversificação de produtos, de aumentos de produtividade, de melhoria de qualidade e de maior domínio dos circuitos de comercialização. No entanto, o carácter precário dos padrões de especialização da Região coexiste com uma experiência acumulada de presença no comércio externo, que pode constituir uma vantagem comparativa da Região na procura de novas correntes de exportação.

A diversidade dos padrões culturais da Região coexiste em áreas bem determinadas do seu território com uma forte tradição de iniciativa empresarial, que importa canalizar para um processo mais profundo de reconversão e modernização de sectores.

Informações disponíveis evidenciam ainda a existência na Região de surtos pontuais de aplicação de novas tecnologias e de novas soluções organizativas para o exercício da função empresarial.

A receptividade dos operadores industriais da Região às recentes medidas avançadas no âmbito da política industrial em termos de apoio à modernização dos sectores tradicionais constitui uma manifestação dessa potencialidade.

Por fim, o turismo é um sector que representa um recurso endógeno da Região susceptível de ser mobilizado. Existem condições para que, a médio prazo, os operadores do sector assumam que a Região do Norte constitui um produto turístico cuja unidade se afirma através da diversidade dos diferentes mas complementares segmentos de oferta turística.



IV.1.3. OBJECTIVOS

Face à caracterização apresentada anteriormente, consideram-se objectivos de desenvolvimento para a Região a curto-médio prazos os seguintes:

- a valorização da base produtiva e dos recursos endógenos da Região;
- a criação de emprego;
- a melhoria das condições de acessibilidade do interior da Região tendo em vista a igualdade de oportunidades de acesso ao desenvolvimento;
- o ordenamento do litoral e das suas áreas de concentração.

Estes objectivos não devem ser encarados isoladamente, mas de um modo articulado e compatibilizado.

Fundação Cuidar o Futuro

A vulnerabilidade da estrutura produtiva da Região justifica que a sua valorização constitua um objectivo prioritário, tanto mais que se considera como dada a sua crescente inserção nas trocas internacionais e as exigências nessa matéria da política de desenvolvimento regional.

Esse objectivo aponta para novos processos de diversificação de produtos e de reconversão de sectores que constituem hoje o padrão dominante da actividade económica regional.

Sendo possível delimitar com grande aproximação o impacto espacial que resultará da concretização destes objectivos, impõe-se que as políticas de âmbito nacional orientadas para este objectivo, nomeadamente as políticas industrial e de formação profissional, respeitem aquele enquadramento.

A valorização da base produtiva da Região requer tanto quanto possível a promoção da mobilização de recursos endógenos da Região, intensificando qualitativa e quantitativamente a sua aplicação.



Nas áreas de concentração do litoral, tal valorização deve permitir a progressiva introdução de novos produtos, tecnologias e de novos processos organizativos e de gestão empresarial. A intervenção dos recursos endógenos da Região deve processar-se a três níveis:

- no pleno aproveitamento do seu capital humano, nomeadamente no pessoal técnico de qualificação intermédia e superior e das aptidões empresariais;

- na valorização qualitativa de recursos já mobilizados (madeiras e agricultura em geral);

- na valorização de recursos não completamente mobilizados, tais como, por exemplo, os recursos marítimos, a agricultura, as novas fibras e os produtos farmacêuticos a partir dos recursos florestais e a biotecnologia e suas diferentes aplicações.

No interior da Região, a valorização dos recursos endógenos deve servir o relançamento da actividade produtiva daquela área deprimida, único meio de suster a progressiva drenagem de população e de potenciar os movimentos de concentração de população entretanto observados.

Este relançamento não deve ignorar as complementaridades de mercado que é possível estabelecer no âmbito das relações transfronteiriças com as regiões periféricas espanholas vizinhas. O objectivo criação de emprego tem de ser necessariamente encarado em articulação com o objectivo anterior, circunstância externa de economia portuguesa.

Desse modo, as estimativas sobre a pressão que a população jovem irá exercer no mercado de trabalho (quantificadas na caracterização da Região) exigem, que as políticas de modernização e reestruturação da estrutura produtiva da Região, nomeadamente da sua base industrial, procurem minimizar a libertação a prazo de mão de obra. Para isso, será necessário que o referido esforço de modernização e de reestruturação alimente novas actividades criadoras de emprego, requerendo a incorporação de trabalho com índices superiores de qualificação.



Por outro lado, as referidas estimativas exigem particular atenção à necessidade de responder à procura do primeiro emprego no interior da Região. Em primeiro lugar, por se tratar de um nível mais modesto de necessidades de criação de novos empregos; em segundo lugar, porque importa não complicar a já difícil situação da zona litoral; em suma, a criação de novos empregos no interior é um objectivo exequível desde que articulado com o objectivo anterior de relançamento da actividade produtiva local, nomeadamente através da potenciação de recursos endógenos existentes.

Importantes são também os objectivos derivados do objectivo criação de emprego, sobretudo aquelas susceptíveis de valorização das condições em que se manifesta no mercado a procura de emprego.

Assim acontece com o reforço da formação profissional, o lançamento de novos esquemas de ensino técnico-profissional, os contratos de aprendizagem, reformulação curricular de cursos superiores e intermédios. A melhoria das condições de acessibilidade do interior da Região constitui um objectivo regional exequível para o período de execução do PDR. É, aliás, o modo mais realista de inscrever no curto-médio prazos o objectivo de longo prazo de atenuação das assimetrias intra-Região.

A melhoria das condições de acessibilidade daquela área deprimida promove a igualdade de oportunidades de acesso ao desenvolvimento, desde que articulado no tempo com o objectivo de relançamento da actividade produtiva no interior, sobretudo através da valorização dos seus recursos endógenos.

As condições de acessibilidade devem aqui ser entendidas numa perspectiva mais vasta que a dos eixos viários, integrando uma referência ampla à melhoria do sistema de comunicações em geral, de acesso à informação e aos meios de difusão de cultura.

Nessas condições, os grandes eixos viários de penetração para o interior exigem uma maior acessibilidade intra-interior, de modo a colocarem-se eles próprios ao serviço e não contra o relançamento daquela actividade produtiva.



A melhoria do sistema de telecomunicações que serve esta área integra também o objectivo de melhoria das suas condições de acessibilidade.

Finalmente, nas condições periféricas de integração europeia e internacional da Região do Norte, o ordenamento do litoral e das áreas de concentração constitui um objectivo decisivo do PDR, desde que corresponda a soluções de fundo e tecnicamente adequadas.

Estão aqui em causa uma maior fluidez de circulação nas áreas de concentração produtiva, a resposta a carências primárias no domínio do saneamento básico e a necessidade de preservação de recursos ambientais, designadamente hídricos.

O objectivo de ordenamento das áreas de concentração populacional não deve ser entendido como um factor de atracção a prazo de novas correntes migratórias internas.

A população envolvida exige que se responda à presença dos problemas em jogo, mas esse objectivo deve ser compatibilizado com o de relançamento da actividade produtiva do interior, sob pena de se instituir a permissividade para novos fluxos migratórios internos.





IV.1.4. ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

a) Acções tendentes a aumentar a produtividade agrícola

Dadas as condições de enquadramento económico regional da actividade agrícola, as acções tendentes a aumentar a produtividade agrícola devem incidir preferencialmente a curto prazo nos factores variáveis das explorações (trabalho, água e gestão empresarial). Serão, entretanto, ensaiadas aproximações ao objectivo de médio-longo prazo de redimensionamento das explorações.

a.1) Melhoria de sementes, porta enxertos e outro material vegetativo através designadamente da descentralização do INIAER e o robustecimento das instituições de Ensino Agrícola; criação de zonas de denominação de origem para diferentes produtos agrícolas (vinho, hortícolas, queijos e enchidos); criação de uma estação vitivinícola na Região dos Vinhos Verdes.

a.2) Melhoria do património genético e do estado de saúde animal através de acções de combate à brucelose e peste suína africana; do reforço dos meios da Direcção Regional de Agricultura no sentido do aprofundamento dos trabalhos de ordenamento agrário e do incentivo ao lançamento de projectos de investigação aplicada neste campo.

a.3) Desenvolvimento tecnológico por via das tecnologias biológicas através da promoção da investigação.

a.4) Apoio à instalação de jovens agricultores através da promoção de apoios financeiros, envolvendo subsídios de instalação e atribuição de crédito bonificado de longo prazo; promoção de apoios no acesso à terra; acções de formação profissional e valorização social da profissão de agricultor.

b) Melhoria das condições de comercialização, conservação e transformação de produtos agrícolas através do lançamento de subsídios para a constituição de cooperativas e associações de produtores (hortícolas e frutícolas); acções de formação de quadros técnicos de cooperativas; criação de uma rede de recolha e abate de gado que torne transparentes as transacções, garantindo aos produtores organizados uma participação nas actividades através de sociedades mistas; redefinição da divisão de funções entre o sistema cooperativo e

169
fundo Europeu da
Dre

a Indústria privada no domínio da recolha do leite, através da criação de sociedades mistas que permitam enfrentar com equilíbrio o desaparecimento do sistema de "zonas de recolha organizada"; criação de esquemas de articulação entre a rede de cooperativas locais e de Uniões de Cooperativas de Trás-os-Montes e Alto Douro e a capacidade de transformação e comercialização actual e potencial do complexo Agro Industrial do Cachão; implantação de mercados municipais capazes de assegurar o abastecimento das populações em condições de higiene e sanidade.

c) Acções de reforço e aproveitamento de recursos florestais

c.1) Criação de sociedades de natureza regional ou local de investimento florestal cuja função seria comprar ou arrendar a longo prazo e florestar.

c.2) Acções tendentes a garantir complementaridades de rendimento e exploração das componentes agrícola, florestal e silvo-pastoril.

c.3) Aprovação do estatuto de zonas protegidas já criadas, nomeadamente o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Parque Natural de Montezinho e o Parque Natural do Alvão ou de zonas a criar como a Reserva Natural das Serras de Santa Justa, Pios e Castiçal ou o Parque Natural da Serra da Gralheira-Arouca.

d) Aproveitamento dos recursos pesqueiros e das águas do interior e fomento dos meios necessários à sua utilização através da avaliação, protecção e renovação de recursos existentes sobretudo nas áreas mais afastadas da costa; remodelação da frota pesqueira e reapetrechamento de acordo com os novos processos tecnológicos; acções de formação profissional, no âmbito das Escolas de Pesca; melhoria ou implementação de canais de comercialização do pescado; lançamento de projectos de investigação, orientação e apoio no domínio da aquacultura; criação e melhoria de infraestruturas pesqueiras, designadamente postos de pesca e instalações de frio.

e.1) Criação e reforço da acção de centros tecnológicos da indústria têxtil, na Bacia do Ave; madeira, no Porto; cortiça, na Vila da Feira; calçado, em S. João da Madeira e metalomecânica, no Porto.

e.2) Estudos de identificação de sectores alternativos à indústria têxtil e do vestuário.



e.3) Estudo de caracterização e de avaliação da capacidade de absorção de emprego da indústria têxtil.

e.4) Acções tendentes a melhorar a qualidade da produção têxtil e de vestuária no âmbito de programas específicos a desenvolver pelo Ministério da Indústria e Energia.

f) Diversificação do perfil industrial da Região e ordenamento industrial através da criação de condições de apoio a novas indústrias, designadamente baseadas em novas tecnologias e novos produtos, e implantação de loteamentos e parques industriais em zonas de boa atractividade regional e noutras zonas mais deprimidas.

g) Relançamento da actividade produtiva e mobilização dos recursos endógenos no interior da Região, e noutras áreas menos desenvolvidas, mediante apoio institucional às unidades produtivas existentes e fomento de oportunidades para investimento produtivo.

Fundação Cuidar o Futuro

h) Acções de avaliação de recursos endógenos no interior e litoral menos desenvolvido, nas áreas agro-alimentares, minerais não metálicos e metálicos, madeira e estudos de pré-viabilidade de investimento nesses campos.

i) Reforço qualitativo da terciarização superior do Porto e da sua conurbação tendo em vista a sua inserção valorizada no contexto das trocas internacionais.

i.1) Implantação do Grande Parque/Feira de Exposições da zona do Grande Porto e de serviços conexos.

i.2) Reforço das acções de pesquisa e de formação desenvolvidas no âmbito do I.N.E.S.C.

i.3) Melhoria da rede de teletones e de telex, através da aplicação de novas conquistas tecnológicas a estes produtos tradicionais (centrais digitais públicas e central de telex digitalizada).

i.4) Criação de novos produtos na área das telecomunicações (telecópia, relacionamento entre centros de informação e bases de dados, por exemplo)

j) Apoio a iniciativas locais de criação de emprego e fomento da capacidade





de criação de novas empresas no âmbito nomeadamente do retorno de emigrantes.

j.1) Estudo das formas de colaboração do Instituto de Emprego e Formação Profissional no sentido de dinamizar iniciativas locais de criação de emprego, no âmbito, nomeadamente, do programa de relançamento da actividade produtiva em Trás-os-Montes.

j.2) Lançamento de acções de fomento do artesanato como forma de criação de emprego estimulando a cooperação dos produtores para a comercialização em comum dos seus produtos e a promoção de associação de distribuidores e de agentes de comercialização.

j.3) Estudos e acções de preparação e fundamentação de estímulos à criação de novas empresas.

l) Reforço das vocações turísticas da Região numa óptica de complementaridades intra-região, através de:

l.1) Reorganização institucional do sector a nível nacional e regional, tendo em vista a existência de órgãos regionais com capacidade legal e técnica para o exercício de amplas funções.

l.2) Definição de áreas turísticas e refinamento das respectivas metodologias, visando o racional aproveitamento dos recursos próprios, directa ou indirectamente turísticos.

l.3) Reforço e melhoria do esquema de comercialização do "produto turístico" da Região do Norte que assume um carácter composto, visando a procura de embricamentos coerentes e das complementaridades dos múltiplos destinos.

l.4) Ajustamento progressivo do equipamento turístico em termos de quantidade, qualidade e localização de forma a proporcionar ao turista alternativas de ocupação do tempo.

l.5) Promoção da qualidade da prestação de serviços turísticos, através do lançamento de acções específicas de formação profissional e de animação recreativa, cultural, desportiva, etc.

l.6) Preservação de valores com interesse turístico, nomeadamente o artesanato e a cozinha regional, as espécies cinegéticas e piscícolas, os valores monumentais, arquitectónicos, artísticos, culturais e paisagísticos em geral.

m) Fortalecimento das ligações entre a Universidade e a colectividade, tendo



em vista o fomento da investigação científica aplicada à valorização da base produtiva regional, através da consolidação de um programa de actuação para Associação das Universidades do Norte; da concretização dos protocolos assinados entre a Universidade do Porto e o M.I.E.; da intensificação da acção desenvolvida pelo I.U.T.A.D. no âmbito do apoio ao desenvolvimento do interior; e da consolidação do processo de instalação da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto.

n) Reforço e diversificação das acções de formação profissional tendo em vista a valorização dos níveis de procura de emprego, através da criação de uma rede articulada de centros de formação, designadamente no Porto (vocado para sectores económicos de ponta), em Braga (com especialização para as indústrias metalomecânicas, eléctricas e electrónicas e assegurando ainda formação nas áreas da construção civil e da hotelaria), em Paredes (vocado para a indústria do mobiliário), em Vila Real (destinado à construção civil, metalomecânica e hotelaria), e centros polivalentes em Viana do Castelo, Guimarães, Chaves, Bragança, Torre de Moncorvo e Felgueiras.

o) Lançamento de novos esquemas de ensino técnico-profissional, tendo em vista o reforço do conteúdo profissionalizante de cursos intermédios.

p) Acções tendentes a uma correção de insuficiências manifestadas no sector da saúde, quer a nível de equipamento quer de estruturas de funcionamento. São de importância fundamental os melhoramentos no Hospital Geral de Santo António do Porto e a construção do novo Hospital de Matosinhos. Salienta-se a necessidade de conclusão do Hospital de Guimarães e a construção do novo hospital do Entre-Douro-e-Vouga.

Relativamente às estruturas de funcionamento do sector são de destacar a necessidade de se encontrarem as formas de articulação funcional entre os diferentes tipos de cuidados que permitam a intervenção dos serviços por objectivos.

q) Acções capazes de minimizar as insuficiências do sector da educação na Região quer através de investimentos no domínio dos equipamentos quer de acções que permitam adequar melhor o papel da escola às realidades



económicas e sociais da Região.

q.1) Acompanhamento da procura resultante do prolongamento da escolarização com uma oferta adequada sobretudo ao nível do ensino secundário unificado.

q.2) Resposta mais imediata nas zonas de concentração populacional onde se verificam situações de ruptura relativamente aos equipamentos.

q.3) Diversificação das opções e das vias de formação através da construção de equipamentos específicos para este fim.

q.4) Concentração dos serviços de educação através da criação de direcções regionais e outros organismos periféricos complementares que permitam uma gestão adequada ao serviço educativo.

r) Lançamento dos grandes eixos de penetração para o interior e dos que são garante de uma maior fluidez de circulação no litoral através da concretização dos seguintes projectos: Auto-Estrada Porto-Famalicão-Braga; IP 4 Amarante-Vila Real; IP 3 Chaves-Vila Real-Lamego; IP 2 Bragança-Torre de Moncorvo-Foz Côa; IP 1 Porto-Viana-Valença; vias estruturantes do Ave e do Tâmega; melhoria das condições de acessibilidade a Cidade do Porto; melhoria das estradas nacionais 103, 101, 102, 13, 15, 12, 206, 207 e 222; conclusão e operacionalidade da via fluvial do Douro.

Será, também, preparado um Plano Regional de Transportes que comporte uma articulação sectorial nacional e seja susceptível de concretização em termos de planos relativos a áreas mais restritas.

s) Realização das grandes infraestruturas de transportes ferroviários e aéreo de forma a assegurar à Região um serviço moderno e eficiente neste aspecto, onde se destaca pela sua importância o Aeroporto do Porto.

t) Fomento de um mercado sub-regional no interior tendo em vista o relançamento da sua actividade produtiva, através de uma maior acessibilidade intra-interior; implantação dos eixos viários capazes de assegurar as ligações a nível local entre as actividades económicas, e as populações.

Concretização dos projectos de abastecimento de água, rede de esgotos e recolha e tratamento de lixos nas principais aglomerações.



u) Preservação dos recursos ambientais em especial através da concretização do estudo sobre a Bacia Hidrográfica do Ave, no âmbito do projecto "metodologias para a avaliação de políticas de recursos hídricos"; preparação do Manual de Vigilância de Qualidade das águas superficiais, no âmbito do Grupo de Estudos de Qualidade da Água; início dos estudos sobre as Bacias Hidrográficas dos rios Minho e Cávado; preparação e fundamentação de propostas de formas institucionais para gestão integrada de Bacias Hidrográficas; preparação e fundamentação de propostas de protecção da orla marítima.

v) Pleno aproveitamento de recursos energéticos disponíveis através da concretização de projectos de pequenos aproveitamentos hidro-eléctricos; estudo dos potenciais energéticos de estações de tratamento de lixo já existentes; promoção de iniciativas e experiências de construção de habitações termicamente optimizadas, tendo em conta a diversidade climática da Região.

Fundação Cuidar o Futuro



ACÇÕES REGIONAIS	OBJECTIVOS REGIONAIS	VALORIZAÇÃO DA BASE PRODUTIVA E DOS RECURSOS ENDOGENOS	CRIAÇÃO DE EMPREGO	MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DO INTERIOR E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO AO DESENVOLVIMENTO	ORDENAMENTO DO LITORAL E DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO
- Acções tendentes a aumentar a produtividade agrícola:		■			
- Melhoria de sementes e outro material vegetativo		■			
- Melhoria do património genético e do estado de sanidade animal		■			
- Desenvolvimento das tecnologias biológicas		■			
- Formação de jovens agricultores		■			
- Melhoria das condições de comercialização, conservação e transformação dos produtos agrícolas		■			
- Reforço do sector cooperativo		■			
- Acções de reforço e aproveitamento de recursos florestais		■			
- Reestruturação e valorização tecnológica dos sectores tradicionais: têxtil, vestuário e calçado, mobiliário, cortiça, cerâmica e metalomecânica		■			
- Reforço qualitativo da terciarização superior do Porto e da sua conurbação tendo em vista a sua inserção valorizada no contexto das trocas internacionais		■	■		
- Fomento da capacidade de criação de novas empresas, no âmbito da retoma de emigrantes		■	■		
- Apoio às unidades produtivas e fomento de oportunidades de investimento nesse contexto de mobilização de recursos endógenos		■	■		
- Formação profissional tendo em vista a procura de emprego		■	■		
- Reforço do conteúdo profissionalizante de cursos intermédios e superiores, através do lançamento de novas esquemas de ensino técnico - profissional		■	■		
- Lançamento dos grandes eixos viários de penetração para o interior e dos que são garantes de uma maior fluidez de circulação no litoral				■	■
- Fomento de um mercado sub-regional no interior, tendo em vista o relançamento da actividade produtiva		■		■	
- Correção dos níveis de degradação da qualidade de vida das áreas de concentração de população e actividades produtivas					■
- Preservação de recursos ambientais, em especial os hídricos					■
- Pleno aproveitamento dos recursos energéticos disponíveis					■
- Reforço das vocações turísticas numa óptica de complementaridades intra-região		■		■	■
- Fortalecimento das ligações entre a Universidade e a colectividade, tendo em vista o fomento da investigação aplicada à valorização da base produtiva regional		■			
- Correção de insuficiências de equipamento escolar e de saúde				■	
- Aproveitamento dos recursos pesqueiros e das águas do interior		■			
- Acções de avaliação e estudos de pré-viabilidade de recursos endógenos do interior nas indústrias agro-alimentares, minerais não-metálicas, metálicas e madeiras		■			
- Apoio a iniciativas locais de criação de emprego			■		

Fundação Cuidar o Futuro



PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE TRÁS-OS-MONTES (PDRITM)

1. Objectivos

O projecto de desenvolvimento rural integrado de Trás-os-Montes (PDRITM) tem como objectivo a melhoria das condições de vida das populações abrangidas pelas acções que o integram ligadas ao exercício de uma actividade predominantemente agrícola.

Para a consecução daquele objectivo contribuirão os resultados que integram as componentes agrícola e não agrícola do PDRITM. Com efeito, pretende-se que os resultados decorrentes do aumento das produções e produtividades das explorações agrícolas atingidas pelas acções do projecto, que conduzirão a um aumento do rendimento dos agricultores, conjugados com uma melhoria das infraestruturas de carácter social nos sectores da saúde, saneamento básico, ensino e rede viária, tenha como resultante uma elevação dos padrões de vida das populações.

2. Acções programadas

Os resultados a alcançar no âmbito de cada uma das componentes do PDRITM são os seguintes:

2.1. Componente não agrícola

Esta componente integra acções da responsabilidade das autarquias locais nos sectores do saneamento básico, viação rural, ensino e outras infraestruturas de carácter económico ou social e ainda infraestruturas da responsabilidade da administração central no sector da saúde.



Saneamento básico

- Construção ou remodelação das redes de abastecimento de água abrangendo 190 povoações, servindo cerca de 129 mil habitantes;
- Construção ou remodelação das redes de esgotos em 90 povoações, servindo cerca de 80 mil habitantes.

Viação rural

- Construção ou pavimentação de 232,5Km de estradas e caminhos municipais, para melhoramento de acessos a 110 povoações;
- Pavimentação de arruamentos em 60 povoações servindo cerca de 55 mil habitantes.

Ensino

- Construção de 20 salas de aula para o ensino pré-primário;
- Construção ou remodelação de 75 salas de aula para o ensino primário.

Fundação Cuidar o Futuro

Saúde

- Construção de 2 centros de saúde servindo 20 povoações e cerca de 12 mil habitantes;
- Construção de 5 extensões de centros de saúde servindo 35 povoações e cerca de 10 mil habitantes.

2.2. Componente agrícola

Esta componente que integra as acções de fomento dos autos de produção e produtividade agrícolas, através da reestruturação das explorações apoiada em modelos-tipo, compreende ainda a realização de projectos de investigação agrícola aplicada e, simultaneamente, o reforço da capacidade de actuação dos departamentos da administração intervenientes.

Das acções a desenvolver no âmbito desta componente constam as seguintes:

Acções cuja realização ou acompanhamento é da responsabilidade directa da



PROGRAMA DE RELANÇAMENTO DA ACTIVIDADE PRODUTIVA EM TRÁS-OS-MONTES

1. Objectivos

Tendo-se reconhecido a prioridade do estudo de formas conducentes ao relançamento da actividade produtiva em Trás-os-Montes, está a CCRN a preparar, em colaboração com outros organismos, um programa de relançamento da actividade produtiva (indústria) em Trás-os-Montes.

O objectivo do programa é, pois, a definição de uma série de acções selectivas e integradas que concorram para a promoção do desenvolvimento no sector produtivo em Trás-os-Montes, particularmente a indústria, e assenta em duas grandes vertentes: o apoio às unidades produtivas existentes e o estímulo e apoio ao aparecimento de novas unidades.

2. Acções programadas

Com vista à consecução destes objectivos, foram já encetados contactos com organismos públicos que controlam instrumentos e meios que poderão ser colocados ao serviço deste programa. A título de exemplo, refira-se a identificação e a canalização para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) de intenções de investimento na área que poderão vir a beneficiar do programa de apoio ao desenvolvimento industrial do interior (PADII), cuja gestão compete àquela instituição.

Para além desta acção, já em curso, estão ainda previstas as seguintes:

- Caracterização do tecido industrial e empresarial do distrito de Vila Real, á semelhança da já elaborada para o distrito de Bragança. Neste haverá que elaborar estudos mais pormenorizados com vista á definição das acções concretas de apoio ás unidades existentes, a levar a cabo, para o que se conta, entre outros, com a colaboração do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI).



Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRTM):

- Melhoramentos de 150 regadios tradicionais;
- Construção de 3 novos pequenos regadios;
- Realização de 2 estudos de viabilidade de rega;
- Construção e equipamento de 110 salas colectivas de ordenha mecânica;
- Elaboração e acompanhamento de 6 500 projectos de investimento nas explorações agrícolas para as 5 zonas de tratamento homogéneo definidas na região, existindo para o efeito uma linha específica de crédito;
- Reforço dos serviços da DRTM nas áreas de actuação:
 - . Reforço dos serviços em pessoal;
 - . Reforço dos serviços em material e equipamento;
 - . Construção de 54 habitações para funcionários;
- Construção das estações experimentais da DRTM.

Acções da responsabilidade directa do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (IUTAD):

- Projectos de investigação agrícola aplicada (14 actualmente);
- Avaliação dos efeitos e do impacto das acções do projecto através de uma unidade de avaliação criada para o efeito.

Acções da responsabilidade da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM):

- Reforço das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) da área do projecto em instalações, equipamento e formação de pessoal;
- Estabelecimento de 2 agências na área do projecto.



- Estudo, em colaboração com a Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, das muito pequenas iniciativas, que em Trás-os-Montes têm um peso muito significativo, e que poderão vir a beneficiar do programa "iniciativas locais de emprego".

- Constituição de grupos de trabalho nas seguintes áreas: agro-alimentares, florestas e minerais metálicos e não metálicos.

Neste caso, o leque de intervenientes será mais alargado envolvendo, para além de outros, o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, o LNETI e os organismos públicos ligados aos vários recursos específicos.

Para além disto, está também em curso uma reflexão em torno da operacionalização de um dos instrumentos do Ministério da Indústria e Energia de apoio ao desenvolvimento industrial do interior, designadamente o Centro de Desenvolvimento e Inovação de Bragança.

Fundação Cuidar o Futuro



PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALTO MINHO

1. Objectivos

As potencialidades de desenvolvimento do Alto Minho centram-se principalmente nos recursos agrícolas e do turismo, devendo ainda referir-se a existência de condições favoráveis para a atracção de alguns sectores industriais, designadamente os que reclamam boas ligações ao exterior e os baseados em recursos naturais existentes. Por outro lado, a posição fronteiriça da área confere-lhe também boas possibilidades de desenvolvimento do comércio, designadamente para dar resposta adequada a uma procura existente do lado de Espanha e que não tem sido possível satisfazer localmente em virtude das restrições tarifárias impostas por aquele país.

No domínio dos sectores sociais desta-se a necessidade de actuações ao nível da educação e saúde, já que a situação da área é extremamente desfavorável e a sua melhoria apresenta-se como condição indispensável para outras acções a desenvolver. De facto, todo o Alto Minho apresenta carências muito graves que reclamam uma actuação urgente no sentido de ajustar equipamentos e serviços às efectivas necessidades das populações e das actividades económicas existentes e a criar.

2. Acções programadas

As acções perspectivadas para o próximo futuro são as seguintes:

Agricultura

- Zonamento agro-ecológico na área, visando a elaboração posterior de modelos de exploração que atendam às aptidões existentes, com destaque para a reconversão da vinha (vinho verde), a produção forrageira e a pecuária a ela associada (leiteira, nas zonas baixas e de carne nas de maior altitude), a silvo-pastorícia e a florestação.



- Melhoramento e reabilitação de pequenos regadios tradicionais, a partir de um inventário já realizado, fora da zona inundável pelo rio Lima. A gestão de água será assegurada pelos moldes tradicionais de associativismo e o seu uso e afectação deverá contar já com o apoio dos serviços de extensão.
- Regularização do rio Lima, com vista a possibilitar a utilização em culturas intensivas de terra de boa aptidão agrícola actualmente prejudicadas pela situação de irregularidade do rio e seus afluentes.

Turismo

- Elaboração de um estudo sobre a estratégia de desenvolvimento do turismo na área, bem como dos mercados potenciais a explorar prioritariamente.
- Aproveitamento do castelo de Santiago da Barra, por forma a aumentar a capacidade da área para a retenção mais prolongada dos turistas que a procuram.
- Sinalização turística, de forma a permitir uma maior fixação dos fluxos turísticos de atravessamento da área e a sua irradiação dentro dela.

Educação

- Formação de jovens agricultores qualificados, através dum reforço da capacidade do ensino técnico-profissional agrícola.
- Revisão da rede escolar, por forma a obstar à degradação do parque escolar e encontrar formas de agregação possíveis entre escolas e áreas geográficas, criando centros de recursos humanos e racionalizando os equipamentos disponíveis.
- Melhoria das condições da acção social escolar através da construção de novos centros de acolhimento para estudantes.

Saúde

- Elaboração do plano integrado de saúde, que permitirá coordenar a intervenção dos sectores concorrentes para a saúde das populações no quadro de uma definição de situações e prioridades.
- Criação ou adaptação de infraestruturas que permitam uma melhor assistência às populações, quer em termos de cuidados primários (centros de saúde) quer de especialidades (designadamente a fisioterapia).



GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AVE

1. Objectivos

Em Março de 1983 foi iniciado um projecto de investigação sobre "metodologias para avaliação de políticas de recursos hídricos em Portugal, parcialmente subsidiado pelo Programa da Nato" "Ciência para a Estabilidade".

Este projecto é coordenado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e conta com a participação de vários organismos, nomeadamente Comissão de Coordenação da Região do Norte, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia e Instituto Hidrográfico.

O projecto tem como primeiro objectivo o desenvolvimento de métodos que permitam aos responsáveis pelo planeamento e gestão dos recursos hídricos desenvolver políticas, avaliar os seus impactos económicos e ambientais e implementar aquelas políticas que minimizem esses impactos. A bacia hidrográfica do rio Ave, região altamente industrializada e com sérios problemas de gestão qualitativa e quantitativa dos seus recursos hídricos, tem sido usada como bacia de aplicação dos métodos desenvolvidos. Espera-se que o projecto possa contribuir activamente para a resolução dos seus problemas.

2. Acções programadas

Está previsto concluir-se em 1985 o modelo matemático de qualidade da água e o modelo de optimização de custos que considere a possibilidade de alterações de processo de fabrico, a construção de estações de tratamento ou soluções conjuntas alternativas.

Preve-se realizar durante 1985/86 o modelo financeiro de simulação de acções, fazer a análise da viabilidade económica e financeira do modelo de gestão de água e avaliar do seu impacto no desenvolvimento sócio-económico da área.



Como condição indispensável à implementação das acções prevê-se o funcionamento duma comissão para a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Ave, a qual permitirá um diálogo entre a equipa técnica encarregada da execução do projecto e as entidades capazes de implementar as acções propostas.

Uma das concretizações mais imediatas será a transferência de toda a tecnologia do projecto para a própria bacia hidrográfica, através da criação de um centro tecnológico que controle a poluição detectada e que vá formando localmente os técnicos que irão ficar responsáveis pela execução e funcionamento de todas as infraestruturas de tratamento da poluição que vierem a ser criadas nesta bacia hidrográfica.

Para a execução desta acção prevê-se a participação financeira da Nato através do programa "Ciência para o Progresso".

Fundação Cuidar o Futuro

Acontece, porém, que a execução das acções propostas por este estudo terão que vir a ser executadas pelas autarquias, com capacidade financeira e de endividamento muito reduzida, pela indústria têxtil que actualmente tem graves problemas, e dificilmente poderá suportar custos adicionais de investimento, e pelos particulares com rendimentos médios baixos.

Há, assim, que criar instrumentos financeiros capazes de assegurar a realização destas obras cuja concretização será difícil pelas razões anteriormente apontadas.